

CDS - CÂMARA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: ALEXANDRE SIMÕES RIBEIRO

TÍTULO: CONTEMPORANEIDADE SUBJETIVAÇÃO E SOFRIMENTO

AUTORES: ALEXANDRE SIMÕES RIBEIRO, ALEXANDRE SIMÕES RIBEIRO, GESIANNI AMARAL GONÇALVES

PALAVRA CHAVE: PSIUCANÁLISE, PSICOPATOLOGIA, MEDICALIZAÇÃO

RESUMO

É notório o tanto que o campo da Saúde Mental vem passando por expressivas transformações nas últimas décadas. Estas transformações vêm amplamente determinando este campo como uma área complexa, no sentido epistemológico do termo (ROZEMBERG & MINAYO, 2001), no qual a formação e a atuação dos profissionais aí presentes não escapam de serem constantemente colocados em xeque no encontro cotidiano com a especificidade do caso-a-caso dos pacientes.

Dentre estas amplas transformações, destacamos com mais delimitação para os fins deste projeto de pesquisa o crescente fenômeno usualmente chamado de medicalização do sofrimento psíquico, que integra uma sofisticada estratégia biotecnológica ainda mais vasta: a medicalização da sociedade. Por medicalização do sofrimento psíquico, devemos compreender um fenômeno multifacetado, do qual fazem parte uma série de agentes, instituições, discursos, práticas e saberes (Biologia, Medicina, Publicidade, Direito, Escola, Família, etc.), integrantes daquilo que Michel Foucault reconhece precisamente como dispositivo.

A vasta medicalização do tecido social - bem mais ampla do que os contornos do campo da Saúde Mental, porém, nitidamente presente e atuante neste domínio específico - tende, como estratégia contemporânea do biopoder, à instalação de uma lógica hegemônica de tratamento, com amplas repercussões sociais: a abordagem do sofrimento psíquico por meios eminentemente químicos, no caso, os psicofármacos. Adultos, idosos e, sobretudo, as crianças são capturados por esta lógica e por esta expectativa de panaceia. Vale afirmar que efeitos desse processo ainda estão longe de serem aquilutados com justeza, pois estamos em um tempo em que eles apenas se insinuam, ainda que já sejam volumosos.

É importante sublinhar que ao denunciarmos aquela forma de tratamento que se quer hegemônica no campo da Saúde Mental - encarnada na pílula e, em última instância, na molécula - , não deixamos de reconhecer os impactos indiscutivelmente positivos que os psicofármacos produziram no campo da Saúde Mental, desde que foram sintetizados a partir de 1952. Não nos opomos aqui a estes avanços clínicos. Verificamos que uma série de transformações sem precedentes, trazidas pelos medicamentos, abriram novas formas de tratamento psíquico. Pensemos especialmente no tratamento das psicoses, das formas severas dos quadros ansiossômico-fóbicos e das alterações intensas do humor, tais como as depressões e as instabilidades cíclicas do afeto. É inegável como que aí os psicofármacos abriram novas possibilidades de tratamento e manejo em circunstâncias clínicas tanto agudas quanto crônicas. Estas transformações repercutiram decisivamente na qualidade de vida de pacientes e familiares de pacientes. A Saúde Mental não teria de modo algum os mesmos formatos, possibilidades e a complexidade atual sem a participação, neste meio, dos novos horizontes trazidos pelas pontuais modificações bioquímicas nas sinapses e o remodelamento difuso da arquitetura das redes neurais promovidas pelos medicamentos psicotrópicos.

Todavia, devemos reconhecer igualmente uma espécie de efeito iatrogênico dos medicamentos destinados à Saúde Mental. Efeito iatrogênico que vai se fazer valer em todos os espaços do laço-social, amplamente sustentado pela mídia e reificado pelo imaginário que usualmente temos acerca da doença mental. Este efeito é precisamente o reducionismo da dimensão psíquica e do sofrimento/adoecimento psíquico a desequilíbrios, alterações e distúrbios neuroquímicos do funcionamento cerebral. Fato este que é preocupante, como toda forma de simplificação redutora que traga efeitos bem práticos para a vida de todos nós.